



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 102/85

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte EMENDA à Constituição do Estado:

Art. 1.º — Fica acrescido ao § 2.º do art. 42 da Constituição do Estado do Paraná, o seguinte:

“Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, 30 dias após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados, podendo se dar a eleição por maioria simples”.

Art. 2.º — O § 1.º do art. 106 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º — O Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos. Se nenhum dos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito obtiver a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, 30 dias após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados, podendo se dar a eleição por maioria simples”.

Art. 3.º — Ficam revogados o inciso XX do art. 47, e o art. 108, com seus incisos e parágrafo, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 4.º — O inciso IX do art. 22 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação: “Aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas”.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoiamento:

Roberto Requião
Paulo Furiatti
Djalma de Almeida César
Tadeu França
Orlando Pessuti
Aníbal Khury
Mário Pereira
Adhail Sprenger Passos
Edmar Luiz Costa
Tadeu Lúcio Machado

Acir Mezzadri
Nestor Baptista
Nilso Squarezzi
Gernote Kirinus
Eduardo Baggio
Sabino Campos
Homero Oguido
Rubens Bueno
Trajano Bastos
Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

As democracias modernas já consagraram o princípio da maioria absoluta, na eleição para cargos executivos, como o que mais confere legitimidade e representatividade ao eleito.

A Nova República adotou tal princípio para a eleição do Presidente da República, razão pela qual entendemos que cabe aos Estados estendê-los às eleições para Governadores e Prefeitos, com seus respectivos Vices.

É importante salientar também que a eleição em dois turnos fortalece decisivamente o verdadeiro pluripartidarismo, na medida em que possibilita a todos os Partidos participarem do processo eleitoral em igualdade de condições.

DA ELEIÇÃO DE GOVERNADORES E PREFEITOS

A Emenda Constitucional n.º 25 ao dispor sobre a eleição do Presidente da República em dois (caso não seja obtida, logo na primeira votação, a maioria absoluta de votos em favor de um candidato), alterou, nesse mesmo sentido, as normas vigentes para eleição de Governadores e Prefeitos.

Embora adotando o País a estrutura federativa, o que faria supor uma grande autonomia de Estados e Municípios, fato pe que estão eles submetidos, em diversas matérias, aos princípios que a Constituição Federal estabelece para a União. No que diz respeito à forma de investidura nos cargos eletivos, em decorrência de determinação expressa do Texto Constitucional que, em seu artigo 13, II, dispõe:

“Art. 13 — Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

.....
II — a forma de investidura nos cargos eletivos”.

Com relação aos Municípios, estende-se também a eles o disposto na Emenda Constitucional n.º 25.

Não possuem eles uma Constituição própria sendo regulados por Leis Orgânicas editadas pelos Estados. É curial que estes não podem, ao dispor para o Município, fazer uso de outros princípios diferentes daqueles a que eles próprios estão sujeitos.

Outro não tem sido, de resto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por diversas vezes, tem se manifestado no sentido de que deve haver simetria entre o previsto na Constituição Federal para a União e o prevalecente para os Estados e Municípios em tudo que diz respeito à composição e o relacionamento dos Poderes do Estado.

Não vem ao caso invocar-se o § 2.º do art. 13, que disporia sobre a modalidade de eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, nada dispondo aí, sobre a eleição de dois turnos. Na verdade, este dispositivo disciplina, não há negar-se, a forma de eleição do chefe do Executivo estadual, mas o que é importante notar, nada estatui sobre o escrutínio em dois turnos. Ora, em sendo assim, omitindo-se o artigo, nada impede que se dê obediência ao princípio maior que é o da extensão aos Estados da forma de investidura nos cargos eletivos.

Essa modalidade só poderia ser excepcionada mediante expressa determinação constitucional. Como não existe expressa referência no § 2.º, do art. 13, sobre a exclusão da modalidade em dois turnos ou sobre a imposição da forma de um único turno, nada impede que se dê aplicação ao inciso II do art. 13. É esta a boa regra de hermenêutica. A aplicação, tanto quanto possível ampla de dispositivos que aparentemente, se antagonizam.

Consultando-se a doutrina, vê-se que não é outra a lição dos estudiosos: Manoel Gonçalves Ferreira Filho é do entendimento acima exposto conforme se pode ver do seguinte trecho:

"Forma de investidura. Isto significa que o modo pelo qual se dá o acesso aos cargos eletivos (eleição direta ou indireta, proporcional ou majoritária, etc.) nos Estados, é fixada na Constituição Federal, seja explícita, seja implicitamente. O modo adotado por exemplo, nas eleições para a Câmara dos Deputados, é o que tem de ser seguido nas eleições para a Assembléia Legislativa, salvo exceção expressa no Texto Federal. Este, aliás, prevê eleição direta de Governador..., conquanto seja indireta a do Presidente da República". (Comentários à Constituição Brasileira - p. 121).

Portanto, o melhor entendimento não pode ser outro senão o de que na hora atual, por força do disposto na Constituição Federal acerca da modalidade de eleição do Presidente da República, encontram-se alteradas as formas de recrutamento do Chefe do Executivo, tanto estadual como municipal.

As Constituições dos Estados e as Leis Orgânicas dos Municípios devem tão-somente, proceder as alterações necessárias para adequarem-se ao Texto Federal.

Trata-se, portanto, de um procedimento meramente declaratório e não constitutivo porque, por força da Constituição da República, a disciplina aqui esposada já se encontra em vigor.

Com relação mais especificamente aos Municípios, também estes haverão de ter os seus Prefeitos eleitos por escrutínio a dois turnos. É que aos Estados cabe organizar os Municípios. Ao assim proceder deverão fazê-lo mediante a aplicação dos mesmos princípios a que eles, Estados, estão submetidos.

Assim sendo, bastou a alteração do previsto para a União, para que se tenham por alterados os princípios até então aplicados a Estados e Municípios. Nessas condições implantado o escrutínio a dois turnos para a eleição do Presidente da República, "ipso facto", por dois turnos também deverão ser eleitos os Governadores e os Prefeitos, sem necessidade de nova alteração do Texto Constitucional da República. Disto deu demonstração, recentemente, a Câmara dos Deputados, quando através de lei ordinária, tentou disciplinar o assunto.

Não fossem os dois turnos já extensíveis a Estados e Municípios, como poderiam sê-lo por via de lei ordinária?

O fato de ter tentado regulamentar por intermédio da lei comum um assunto dessa magnitude revela por si só que na essência a votação dominante já é a de dois escrutínios. Na hipótese inversa o projeto já teria esbarrado na Comissão de Constituição e Justiça que, por certo, teria apontado o vício de inconstitucionalidade do projeto.

Em conclusão, nada mais resta senão o Tribunal Superior Eleitoral regulamentar o pleito estatuído, sobretudo o que for necessário para sua realização.

É de bom alvitre, também, como já vimos, que as Leis Orgânicas dos Municípios se adaptem a essa nova modalidade eleitoral.

São Paulo, 19 de junho de 1985.

(a) CELSO RIBEIRO BASTOS